

# FÓRUM





# Palestina, 1948-2008

## 60 Anos de Desenraizamento e Desapropriação

ARLENE E. CLEMESHA\*

### *Prólogo dos editores*

O êxodo de aproximadamente 800.000 árabes da Palestina de 1947 a 1949 foi o principal fato constitutivo da sua história moderna, mas recebeu diferentes versões ao longo dos últimos sessenta anos. Este estudo se concentra nas revelações mais recentes da historiografia, oriundas de pesquisas em história oral e a abertura de arquivos israelenses. Analisa o problema da restituição da propriedade palestina confiscada pelo nascente Estado de Israel. Indica, finalmente, a importância do reconhecimento da expulsão do povo palestino e a realização de seus direitos humanos, para qualquer processo interno de reconciliação. O texto foi originalmente publicado em farsi por ocasião do Festival Internacional de Cinema Documentário do Irã, *Cinema Harirat*, que em sua edição de 2008 teve como enfoque a reflexão sobre a história e a atualidade do povo palestino.

[The uprooting of approximately 800.000 Palestinians Arab, from 1947 to 1949, was arguably the most formative event in the modern history of the land of Palestine. However, it has received different interpretations in the past 60 years. Originally published in Farsi, in the framework of *Cinema Harirat*, the International Documentary Film Festival of Iran, focusing this year on the events of 1948 in Palestine, this article focuses on recent historical research conducted by Israeli and Palestinian scholars, notably studies in oral history and declassified archives. It analyses the problem of Palestinian property restitution, and indicates the importance of recognition of Israeli moral responsibilities in the creation of the Palestinian refugee problem, for any future reconciliation process.]

\* Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Orientais.



Da esquerda para a direita: Palestinos forçados a deixar Ramle em 1948; Refugiados palestinos privados de sua casa; Campo de refugiados palestinos, 1949 (Fonte: <http://portal.unesco.org/ci/photos/showgallery.php>).

“Nenhum acordo pode ser justo e completo se não reconhece o direito do refugiado árabe de retornar à casa de onde foi tirado [*dislodged*]... Seria uma ofensa contra os princípios elementares de justiça, negar a essas vítimas inocentes do conflito o direito de retornar às suas casas, enquanto vagas de imigrantes judeus ingressam na Palestina e, de fato, ameaçam tomar permanentemente o lugar dos refugiados árabes, enraizados nessa terra há tantos séculos.”

Conde Folke Bernadotte, mediador da ONU para a Palestina, 16 de setembro de 1948 (ONU: 1948: A/648), assassinado por um extremista sionista no mesmo ano.

## No início, a “transferência” palestina

A idéia de “transferência” da população árabe palestina para além das fronteiras de seu país, para a criação de um Estado exclusivamente judeu na Palestina, era parte do projeto sionista desde o início do seu empreendimento colonizador, isto é, desde o final do século XIX. “Desde o início, os sionistas desejavam transformar a área da Palestina em um estado judeu”. “Infelizmente”, observa o historiador israelense Benny Morris, “o país continha uma população árabe nativa de 500.000 pessoas no início do influxo sionista por volta de 1882, e de 1,3 milhão em 1947 (...) Como uma minoria judaica – cerca de 60.000-80.000 em 1914 e 650.000 em 1947 – poderia conquistar o controle de um país povoado por uma maioria árabe antagonica?”<sup>1</sup>. Para uma melhor visualização, a tabela abaixo reproduz os números mencionados por Benny Morris:

Ano/População	Árabe palestina	Judaica sionista
1882	500.000	-----
1914	700.000	60-80.000
1947	1.3 milhão	650.000

<sup>1</sup> Morris, 2007: 39. Todas as citações de fonte em outro idioma são traduções nossas.

Lembrando que o mito da “terra sem povo para um povo sem terra” jamais convenceu a liderança do movimento sionista, vale mencionar que os escritos dos fundadores do movimento já continham referência à idéia de expulsão da população árabe palestina autóctone. Theodor Herzl, fundador da Organização Sionista, na Basiléia, Suíça, 1897, e autor de *Der Judenstaat* (O estado judeu) de 1896, escreveu em seu diário, em 12 de junho de 1895, “devemos expropriar com cuidado”, “tentaremos expulsar a população miserável para além da fronteira (...) negando-lhe qualquer emprego em nosso país... Tanto o processo de expropriação como a retirada dos pobres deve ser executada de maneira discreta e circunspecta”<sup>2</sup>.

Dentre os pilares da colonização sionista constavam as políticas de: “conquista da terra”, isto é, a aquisição de terra na Palestina pelo Fundo Nacional Judeu<sup>3</sup>, esvaziada de seus camponeses, *fallāhīn*, palestinos, não obstante o fato de que não mais de 6-9% da terra do futuro estado chegou a ser adquirida dessa forma; e “conquista do trabalho”, que significava reservar os postos de trabalho criados pela nova comunidade para judeus apenas. Em outras palavras, tratava-se de um boicote deliberado do trabalho árabe, forçando os árabes palestinos a emigrar em busca de trabalho fora das regiões paulatina e progressivamente conquistadas pela Organização Sionista.

Na década de 1920, a Palestina era nada menos que um importante centro de cultura árabe. Tanto a poesia popular como aquela da elite intelectual refletiam uma preocupação crescente com o curso dos acontecimentos. Atuavam os círculos clandestinos do *jihad* sagrado (*aljihād almuqaddas*) de Abd Al-Qader Al-Husseini\* (1907-1948) e Hasan Salameh (Abu Ali, -1948), além da liderança quase mítica de Sheikh Izz Al-Din Al-Qassam, cujo assassinato nas colinas de Ya’bad em finais de 1935, pela polícia colonial britânica, incitou a população local a seguir seu cortejo fúnebre por dez quilômetros a pé até o vilarejo de Yajur, constituindo o estopim da revolta nacional de 1936. Foi também um momento de auge e efervescência literária, dos poetas Wadi<sup>c</sup> al-Bustani<sup>4</sup>, Abu Salma (al-Karmi), Ibrahim Tuqan e Abd al-Rahim Mahmud<sup>5</sup>, autor da célebre frase dirigida ao Amir Saud em sua visita à Palestina em 1935: “Vieste visitar a mesquita de Al-Aqsa, ou dizer-lhe adeus antes da sua destruição?”<sup>6</sup> A revolta face ao governo colonial britânico e o incremento da imigração sionista atingiria seu ponto culminante na Revolta Árabe de 1936-39, que, tendo começado como uma greve geral, logo se tornou uma revolta nacional organizada. Para ser contida, a Inglaterra empregou 25.000 soldados do seu exército, apoiados pelas milícias sionistas Haganá, Stern e Irgun. Pela primeira vez a aviação

<sup>2</sup> Cf. Patai, 1960: 88.

<sup>3</sup> *Keren Kayemeth LeIsrael*, KKL, criado durante o V Congresso Sionista, Basiléia, Suíça, 1901.

\* N. E. Nos nomes próprios de pessoas e localidades estrangeiras foi adotada a grafia corrente na imprensa.

<sup>4</sup> De origem libanesa, passou a viver na Palestina e foi o primeiro, em dezembro de 1917, a alertar contra o perigo que a Declaração Balfour representava aos palestinos.

<sup>5</sup> O poeta foi morto na batalha de Al-Chajara em 1948.

<sup>6</sup> Kanafani, 1972: 11.

britânica foi enviada às colônias. Cerca de 5.000 palestinos foram mortos, 10.000 feridos e 5.679 presos, nesta que alguns historiadores denominam a Primeira Intifada.

O Mandato Britânico da Palestina, vigente de 1923 a 1948,<sup>7</sup> deu impulso decisivo ao projeto sionista, permitindo que no final dos anos 1930, os líderes sionistas começassem a

traduzir sua visão de exclusividade judaica em planos mais concretos. Novas perspectivas foram abertas para o sionismo em julho de 1937, quando a Real Comissão de Inquérito, denominada Comissão Peel recomendou, pela primeira vez, a partilha da Palestina em dois Estados: um judeu e um árabe, incluindo a possibilidade de “transferência” da população árabe para fora do território onde seria criado o Estado judeu. A região delimitada para o Estado judeu somava 20% da Palestina histórica e incluía as cidades de Jaffa, Acre, Haifa e

Nazaré. A região em torno de Jerusalém continuaria sob o governo do Mandato Britânico e o restante do país, cerca de 70%, permaneceria árabe.

Um mês depois, em 7 de agosto de 1937, no XX Congresso Sionista, reunido em Zurique especificamente para avaliar as propostas da Comissão Peel, o líder sionista David Ben-Gurion apresentou a idéia de que o Yishuv (a comunidade sionista na Palestina antes da criação do Estado de Israel) devia tomar em suas mãos a realização da transferência, sem depender para isso dos britânicos:

A transferência populacional já foi realizada no Vale [Jezreel], em Sharon [a planície] e outros locais. Vocês estão a par do trabalho do Fundo Nacional Judeu (FNJ) nesse caso [referência às expulsões esporádicas –*sic, a.n.*- de comunidades camponesas árabes de terras adquiridas pelo FNJ]. Trata-se agora de uma transferência em dimensões totalmente diferentes. Novos assentamentos judeus, em várias partes do país, só serão possíveis se houver a transferência dos *fallāḥīn* árabes... (Cf. Morris, 2007: 43)

Apesar de o território demarcado para o Estado judeu pelo Plano de Partilha da Comissão Peel ser muito inferior às ambições sionistas, a liderança respondeu favoravelmente, ciente da importância simbólica que tinha nesse momento o simples reconhecimento oficial do princípio de autodeterminação nacional judaica (mesmo que em apenas parte da Palestina). Em 12 de dezembro de 1938, depois que a revolta árabe de 1936-39 já havia forçado os britânicos a recuar da proposta de partilha e transferência, Ben-Gurion escreveu em seu diário “vamos oferecer ao Iraque 10 milhões de libras palestinas pela transferência de cem mil famílias árabes da Palestina para o Iraque”. Ora, cem mil famílias significariam pelo menos 500.000 pessoas, o que representaria na ocasião aproximadamente a metade da população palestina. Isso nunca ocorreu e, em 1941, em um memorando delimitando a política sionista a ser seguida no futuro, Ben-Gurion declararia que apesar de ele acreditar que fosse possível a transferência voluntária

<sup>7</sup> Em 1917, a coalizão russo-franco-britânica derrotou os otomanos na I Guerra Mundial. O império turco ruía e suas partes eram divididas em áreas sob controle da Inglaterra e França, dando origem aos assim chamados “Mandatos” da Liga das Nações. Em 24 de julho de 1922 o Conselho da Liga das Nações aprovou o texto do Mandato Britânico da Palestina, texto este que reiterava e consolidava a promessa feita aos sionistas pela primeira vez na Declaração Balfour de 2 de novembro de 1917. Os EUA, que não eram um país membro da Liga, participaram das negociações sobre os termos do Mandato Britânico da Palestina.

de segmentos do povo palestino, “uma transferência completa do grosso da população árabe só poderia ser forçada, através de uma transferência ‘compulsória e sem escrúpulos’”<sup>8</sup>, foram estas suas palavras.

Vários anos depois, em maio de 1942, durante uma reunião da cúpula sionista no Hotel Biltmore de Nova Iorque, foi adotada uma estratégia maximalista, prevendo a formação de um *commonwealth* judeu sobre toda a Palestina do Mandato<sup>9</sup>. Assim, como diz Ilan Pappé, o espaço geográfico almejado pelo movimento mudou de acordo com as circunstâncias e oportunidades, mas o objetivo central permaneceu o mesmo: “a criação na Palestina de um Estado puramente judeu, tanto como um porto seguro para os judeus, quanto como berço de um novo nacionalismo judeu. Esse Estado tinha que ser exclusivamente judeu não apenas em sua estrutura sociopolítica mas em sua composição étnica”<sup>10</sup>.

## Planejando a limpeza étnica de 1948<sup>11</sup>

Em 1948, a Palestina foi radicalmente transformada. No início desse ano, palestinos árabes constituíam mais de dois terços da população do país. Eram maioria em quinze dos dezesseis subdistritos, e possuíam 90% da terra. No final desse ano, mais da metade dos quase 1,4 milhão de palestinos árabes havia sido expulsa da sua terra. Os que permaneceram foram reduzidos a uma pequena minoria no interior do recém-criado Estado de Israel.

Há décadas se comprovou que a população não deixou o país sob ordens da liderança nacional palestina, como dizia a história oficial de Israel. Hoje, a visão provavelmente mais difundida na historiografia israelense é a de que a fuga de metade da população palestina foi o inelutável “efeito colateral” da guerra árabe-israelense de 1948-49. No entanto, segundo Rashid Khalidi, não apenas o massacre e a expulsão do povo palestino não foram o resultado inevitável da guerra árabe-israelense de 1948, como “os ataques decisivos à coesão da sociedade palestina foram produzidos ainda antes de 15 de maio, no início da primavera de 1948”<sup>12</sup> – isto é, *antes* de os exércitos árabes entrarem no conflito.

<sup>8</sup> Cf. Morris, 2007: 44-45.

<sup>9</sup> Cf. Laqueur; Rubin, 2001: 55.

<sup>10</sup> Pappé, 2006: 4.

<sup>11</sup> O termo “limpeza étnica” se encontra atualmente bem definido pela lei internacional, que a denomina “crime contra a humanidade”. Ilan Pappé cita algumas das definições dadas ao termo, incluindo aquela da Enciclopédia Hutchinson, segundo a qual trata-se de uma expulsão à força para homogeneizar a população. O Departamento de Estado dos EUA reitera tal definição e diz ainda que sua essência seria erradicar a história de uma região. A ONU empregou definição semelhante em 1993 quando sua Comissão de Direitos Humanos (UNCHR) a caracterizou como o desejo de um Estado ou regime de impor um governo étnico em regiões pluri-étnicas, empregando para isso expulsões e outras formas de violência, incluindo a separação de homens e mulheres, detenções, assassinatos de homens pelo simples fato de serem combatentes em potencial, destruição de casas e o repovoamento da região com outro grupo étnico. Cf. Pappé, 2007: 1-5.

<sup>12</sup> Khalidi, 2007: 13.

A primeira fase do conflito foi decisiva. Deflagrada pela aprovação, em 29 de novembro de 1947, da resolução 181 da Assembléia Geral da ONU (determinando a partilha da Palestina para a criação de um Estado judeu em quase 55% do território, e outro árabe, em 45% da Palestina), essa fase durou até a proclamação do Estado de Israel em 15 de maio de 1948. Ela marca o primeiro êxodo, envolvendo possivelmente a metade do total de 750-800.000 palestinos que se tornaram refugiados em 1948. Durante essa fase, as milícias da Haganah (sua

unidade de combate se chamava Palmach), Irgun e Stern, enfrentaram apenas combatentes palestinos e voluntários árabes. Caíram várias das principais cidades palestinas, bem como numerosos vilarejos. A maioria dos moradores árabes de Jaffa e Haifa foi dispersa e o grosso de suas propriedades, confiscadas. Estradas e pontos estratégicos foram

tomados e os 30.000 árabes da porção ocidental de Jerusalém, forçados a deixar a cidade, para não mencionar uma série de outras cidades palestinas importantes que foram atacadas antes de 15 de maio de 1948.<sup>13</sup> Os exércitos árabes só vieram ao socorro da população da Palestina após 15 de maio, quando o país já estava imerso em guerra civil. Como diz Rashid Khalidi, “o quinze de maio de 1948 marcou não apenas o nascimento do Estado de Israel, mas também a derrota definitiva dos palestinos pelos seus inimigos sionistas, após décadas de lutas pelo controle do país”.

Em seu livro recente, *A limpeza étnica da Palestina*, de 2007, o acadêmico israelense Ilan Pappé abala decisivamente a visão prevalecente da expulsão dos palestinos ao demonstrar que a guerra foi travada nada menos que para realizar o objetivo de expulsão. A guerra teria sido concebida pela liderança política do Yishuv e milícias sionistas, como parte de um plano cuidadosamente elaborado para a limpeza étnica do povo Palestino. Em outras palavras, a limpeza étnica foi o resultado de um “planejamento demorado e meticuloso”, culminando no abominável Plano Dalet e na guerra de 1948. O documento de resumo da reunião de preparação do Plano Dalet, que consta nos arquivos da FDI, atesta:

Em uma fria tarde de quarta-feira, 10 de março de 1948, um grupo de onze homens, líderes sionistas veteranos e jovens oficiais do exército judeu, colocaram os toques finais em um plano para a limpeza étnica da Palestina. Na mesma tarde, despacharam ordens militares às unidades plantadas no terreno, para que se preparassem para a expulsão sistemática dos Palestinos de vastas áreas do país. As ordens continham uma descrição detalhada dos métodos a serem empregados para desalojar à força a população: intimidação em larga escala; cercar e bombardear vilarejos e núcleos populacionais; atear fogo às casas, propriedades e bens; expulsar os moradores; demolir as casas; e, finalmente, plantar minas nos destroços para impedir o retorno dos moradores expulsos. Cada unidade recebeu uma relação específica de vilarejos e bairros que seriam seu alvo, em conformidade com o plano mestre. Denominado Plano D (Dalet em hebraico), esta era a quarta versão, e a final, de planos anteriores mais vagos, delineando o destino da população autóctone da

<sup>13</sup> O jornal de Nova York, *New York Times*, publicava regularmente matérias sobre as cidades palestinas conquistadas em 1948: Haifa, 21 de fevereiro; Tiberias, 20 de abril; Jerusalém, 25 de abril; Jaffa, 26 de abril; Acra, 27 de abril.

Palestina. Os três planos anteriores tinham descrito apenas vagamente como a liderança sionista pretendia lidar com a presença de tantos palestinos na terra que o movimento nacional judeu queria para si. O quarto e último traçado dizia clara e inequivocamente: os palestinos têm que ir”. (Pappe, 2006:1)

As pesquisas de Pappé indicam que antes da elaboração do Plano Dalet, o principal passo para o planejamento da expulsão sistemática do povo palestino foi a criação dos que hoje se conhece com o nome de Arquivos dos Vilarejos: um mapeamento secreto de todos os vilarejos palestinos, realizado pelo Fundo Nacional Judeu (FNJ-KKL) por sugestão de um jovem historiador da Universidade Hebraica, Ben-Zion Luria.

De fato, Pappé argumenta que sem essa informação e sem saber quanta resistência cada vilarejo seria capaz de oferecer, o Plano Dalet não poderia ter sido traçado em março de 1948. Os esforços envolviam o registro de informação precisa sobre a localização topográfica de cada vilarejo, suas vias de acesso, qualidade da terra, fontes de água, principal fonte de renda dos habitantes, composição sociopolítica, filiação religiosa, nomes dos *muhtārs*, relações com vilarejos vizinhos, idade da população masculina (16–50), entre outras características.

No final da década de 1930, o arquivo secreto estava quase completo: o conjunto estava formado por um grande número de pastas, montadas paulatinamente, para cada um dos vilarejos palestinos. Os arquivos da era pós-1943, incluíam descrições detalhadas dos cultivos, números de árvores nas plantações, produtividade dos pomares a até de árvores individuais, quanta terra cada família possuía em média, quantos carros, os nomes dos donos de lojas, membros de oficinas, nomes dos artesãos e seus respectivos ofícios. Mais tarde, foram acrescentados detalhes meticulosos sobre cada clã e sua filiação política, estratificação social entre notáveis e camponeses, e os nomes dos servidores públicos no governo do Mandato Britânico. Por volta de 1945 mais detalhes começaram a ser registrados, sobre as mesquitas, os nomes dos imãs (junto, diz Pappé, com caracterizações do tipo “é um homem comum”), inclusive descrições precisas dos interiores das casas dos dignatários. Finalmente, não causa surpresa que, segundo Pappé, na medida em que se aproximava do final do Mandato Britânico, os registros se tornavam cada vez mais de ordem militar: o número de sentinelas em cada vilarejo (a maioria não tinha nenhum), além da quantidade e qualidade das armas à disposição dos camponeses. Nota-se que tais armas eram em geral antiquadas ou inexistentes. De acordo com Pappé, uma categoria importante era o “índice de hostilidade” em relação ao sionismo, determinado pelo grau de participação do vilarejo na Revolta Árabe de 1936–39. O material incluía listas de todos os envolvidos na revolta e as famílias que tinham perdido algum membro na luta contra os britânicos.

A atualização final dos arquivos dos vilarejos foi feita em 1947, quando se criaram listas de “procurados” para cada vilarejo. Em 1948, tropas judaicas usaram estas listas nas operações de busca e captura, realizadas cada vez que ocupavam uma cidade. Tipicamente, os ho-

mens eram reunidos e alinhados, aqueles cujos nomes estavam nas listas seriam identificados, muitas vezes pelo mesmo informante, só que agora com capuz de tecido sobre a cabeça, com buracos no local dos olhos para poderem ver sem ser vistos. Os homens identificados eram frequentemente fuzilados no local. Entre os critérios para inclusão na lista, além da participação em ações contra britânicos e sionistas, havia o envolvimento no movimento nacional palestino (o que poderia se aplicar a vilarejos inteiros) e, principalmente, com o líder do movimento, o Mufti Hajj Amin Al-Husayni. Como o Mufti liderava o movimento desde o estabelecimento do Mandato Britânico em 1923, e os membros de seu partido eram também as principais lideranças do Alto Comitê Árabe (embrião de governo palestino criado em 1936-7), essa ofensa

<sup>14</sup> Cf. Pappé, 2007:17.

<sup>15</sup> Fepal, s.d.p.: 13.

também era muito comum. Segundo Pappé, outras acusações que poderiam levar à inclusão de um nome na lista eram “ter viajado ao Líbano” ou “preso pelas autoridades britânicas como representante do vilarejo no comitê nacional”.

Examinando os arquivos de 1947, o autor encontrou que os vilarejos com cerca de 1.500 habitantes geralmente tinham 20 a 30 tais suspeitos (por exemplo, no sul dos montes Carmel, ao sul de Haifa, Umm al-Zaynat tinha 30 suspeitos e o vilarejo próximo de Damun tinha 25)<sup>14</sup>.

## Executando a limpeza étnica de 1948

Deir Yassin era um pacato vilarejo próximo de Jerusalém, no caminho para Tel Aviv. Em 9 de abril de 1948 – 45 dias antes da “declaração de independência” de Israel - 254 homens, mulheres e crianças foram ali massacradas pelas forças sionistas. Não havia guerra ou conflito naquela região, nada que pudesse alertar os habitantes do perigo que os ameaçava. Estavam dormindo quando vozes em alto-falantes começaram a ordenar que abandonassem suas casas e evacuassem o vilarejo. Acordaram aterrorizados, percebendo que estavam cercados pelos bandos armados das milícias sionistas. Assim teria começado a matança. Como diz John Kimche, o massacre de Deir Yassin foi executado “sob o pretexto de que o pânico gerado faria com que os árabes fugissem do país, diminuindo as baixas às forças judaicas”<sup>15</sup>. Como o episódio foi um dos poucos divulgados pela mídia na Europa e Estados Unidos, a liderança sionista não pôde negá-lo, mas procurou caracterizá-lo como uma exceção, uma aberração causada por extremistas do Irgun e Stern.

No entanto, as descrições dos sobreviventes palestinos desde 1948 e pesquisas mais recentes em arquivos israelenses, bem como estudos de história oral realizados por acadêmicos israelenses, revelaram que Deir Yassin não foi um caso isolado e, mais significativamente, que os massacres tenderam a seguir determinados padrões, conduzidos de acordo com as informações reunidas nos Arquivos dos Vilarejos e o esquema de conquista territorial elaborado pelo Plano Dalet. É o que demonstra a pesquisa de mestrado de Teddy Katz, estudante israelense do departamento de História do Oriente Médio na Universidade de Haifa. Sua tese, intitulada

“O Êxodo dos Árabes dos Vilarejos ao Sul do Monte Carmel” focava cinco vilarejos palestinos da costa, entre Hadera e Haifa, particularmente os vilarejos de Umm Zaynat e Tantura. Os testemunhos entrevistados por Katz revelam a história de um massacre brutal, produzido em 22-23 de maio de 1948, de cerca de 200 habitantes de Tantura. Eram principalmente jovens homens desarmados que foram fuzilados depois da rendição do vilarejo às tropas da Haganah. Teddy Katz entrevistou 135 pessoas para sua tese. O capítulo sobre Tantura se baseia nos testemunhos de quarenta pessoas, coincidentemente vinte árabes e vinte judeus. De acordo com Pappé, Katz foi capaz de “superar as suspeitas e, de fato, a deslegitimação que geralmente se aplica, em Israel, à história oral palestina (na realidade a toda a história palestina)”, porque conseguiu testemunhos do massacre não apenas entre as vítimas palestinas mas entre os militares judeus que participaram nos acontecimentos:

De acordo com os depoimentos, o massacre aconteceu em duas fases. A primeira fase foi um massacre deslanchado provavelmente por soldados enraivecidos devido a alguns tiros disparados após a rendição do vilarejo. Tudo indica que um ou dois atiradores ainda escondidos conseguiram ferir e matar entre dois e oito soldados judeus. Essa fase de matança teria deixado 100 mortos. A segunda fase teria sido mais premeditada, executada por unidades de inteligência e logística, principalmente homens e mulheres dos assentamentos judaicos mais próximos, Atlit, Binyamina, Maayan Zvi, e Zichron Yaacov. Essas unidades sistematicamente executaram homens suspeitos de esconder uma arma em casa –suspeita esta, ao que tudo indica, geralmente infundada– ou de pertencer aos voluntários árabes que tinham vindo em socorro dos palestinos. Outras 100 ou mais vítimas, de acordo com as testemunhas, foram mortas nessa fase. Segundo a pesquisa de Katz, a limpeza étnica foi conduzida contra um pano de fundo de instruções vagas de superiores, e uma grande dose de liberdade posta nas mãos de cada comandante na ocupação dos vilarejos, para fazer com os habitantes o que achasse apropriado.

Após o primeiro massacre, a população de Tantura tinha sido reunida e levada à praia, onde os homens foram separados das mulheres e crianças (até doze ou treze anos de idade). Munidos de listas de nomes, os soldados da unidade de inteligência e logística selecionaram grupos de sete a dez ou mais e os levaram de volta ao vilarejo, ao cemitério ou um local próximo à mesquita. Eles eram posicionados contra uma parede, ou colocados sentados, e fuzilados com um tiro na cabeça. Os executados tinham entre treze e trinta anos. Outros homens da mesma idade, mas poupados da morte, foram mantidos em campos de detenção por um ano e meio, separados das mulheres, crianças e idosos, transportados após o massacre ao vilarejo vizinho de Furaydis. Este vilarejo, junto com Jisr al-Zarqa, foram os únicos que não foram liquidados do total de sessenta e quatro vilarejos situados ao longo da Estrada de Haifa a Tel Aviv. Mas isso se deve a que os homens desses dois vilarejos tinham tradicionalmente trabalhado nos assentamentos judeus vizinhos, que intercederam a seu favor, para poder continuar se beneficiando da mão de obra barata”. (Pappe, 2001: 3)

Uma das testemunhas judias do massacre de Tantura, entrevistada por Katz afirma que “aconteceram coisas vergonhosas, muito vergonhosas. Foi uma das batalhas mais vergonhosas travadas pela FDI... não deixaram uma pessoa viva sequer”. Yosef Graf, guia de Yaacov Zichron que acompanhou as unidades afirmou que “ao ocupar o vilarejo, muitos foram mortos dentro de suas casas”. “Não houve rendição”, “Eu lhe digo –dirigindo-se a Katz– esses [Alexandroni], eles massacravam”. Com uma lembrança vívida dos acontecimentos, Salih ‘Abd al-Rahman relata o que viu (cf. Pappe, 2001):

Salih ‘Abd al-Rahman (Abu Mashayiff), de Tantura:

Katz: Quantas pessoas foram mortas em Tantura?

Abu Mashayiff: Houve confrontos. No final, foram rendidos na costa, em Tantura, e levados para perto de um grande edifício e mortos.

Katz: Que edifício?

Abu Mashayiff: Casas perto da costa. O vilarejo ficava ao lado do mar.

Katz: Foram mortos depois de se renderem?

Abu Mashayiff: Depois de terem sido capturados.

Katz: Quantos, mais ou menos?

Abu Mashayiff: Oitenta e cinco.

Katz: Você estava lá e viu com seus próprios olhos?

Abu Mashayiff: Sim.

Katz: Como aconteceu? Havia apenas oitenta e cinco no local, ou o vilarejo todo estava ali?

Abu Mashayiff: Não. Havia oitenta e cinco. Você sabe como funciona. Eles chegam para todos os moradores, reunidos e sentados na praia, e ali mesmo dirigiam-se a este e aquele dizendo: ‘levante-se! Você, você...’

Katz: Com que critério?

Abu Mashayiff: Eles tinham nomes.

[mais adiante na conversaço]

Katz: Shimshon Mashvitz parou de matar quando foi contido por Rehavia Altshuler?

Abu Mashayiff: Sim. Depois que ele tinha matado oitenta e cinco pessoas

Katz: Ele sozinho matou oitenta e cinco pessoas?

Abu Mashayiff: Sim.

Katz: O que ele estava usando?

Abu Mashayiff: Uma Sten. Ele os matou. Estavam em pé de frente para a parede, ele veio por trás e os matou a todos, com um tiro na cabeça.

Katz: Ele colocava vários contra a parede de cada vez?

Abu Mashayiff: Sim.

Katz: Grupos de oito, cinco, quantos?

Abu Mashayiff: Cada grupo tinha vinte ou trinta.

[mais adiante]

Abu Mashayiff: Ele recarregou a arma duas ou três vezes.

Katz: Ou seja, uma bala por pessoa?

Abu Mashayiff: Sim.

[mais adiante]

Katz: A que distância você estava?

Abu Mashayiff: Digamos, trinta metros.

Colher testemunhos de ambos os lados seria uma experiência dolorosa. Em alguns casos uma sensação de mal estar se instalava nas entrevistas. Mustafa Masri, quando criança, vira diante de seus olhos o assassinato de todos os membros de sua família.

Mustafa Masri (Abu Jamil), de Tantura:

Katz: Depois de ocuparem o vilarejo?

Abu Jamil: Um oficial pegou nossa família —éramos quatorze- e começou a nos contar.

[Ele] me ordenou, “Venha cá.” “O que você quer?” perguntei. “Você senta com as crianças.” [Abu Jamil tinha treze anos.] Eu disse OK. Ele começou a interrogar homens e jovens: “Você esteve na guerra?” Responderam que não. Eu e [outras] pessoas libertadas, andamos vinte metros, então ele matou meu pai e toda a família.

Katz: Essa pessoa conhecia seu pai de antes?

Abu Jamil: Não, uma pessoa que conhecia meu pai o entregou. Eu disse a essa pessoa, “Nós o conhecemos. Conhecemos sua mulher, seus filhos. Você conhece meu pai. Como pôde fazer isso?” Ele me respondeu, “Na guerra, não conheço ninguém.”

Katz: Na verdade, ele salvou você e mais um?

Abu Jamil: Mas mataram quatorze membros da minha família.

Katz: Você era o mais jovem?

Abu Jamil: Sim.

Katz: Então, foi sorte nossa que você tinha apenas treze anos?

Abu Jamil: Não, foi Deus. O oficial também matou um homem idoso, acho que tinha 100 anos. E matou um jovem de dezessete anos —cada homem com seu destino.

Katz: Quer dizer que você já tinha saído de lá quando ouviu os tiros?

Abu Jamil: Não, estávamos perto. Quinze metros, não mais. Disse a ele, “Porque você fez isso?” Ele respondeu, “Recebi ordem de matá-los. O que se pode fazer em uma guerra?”

[Mais adiante na entrevista]

Abu Jamil: Havia um oficial de Givat Ada, mas não no exército.

Katz: Você se lembra do nome dele? Me disseram que era algo como Shimshon.

Abu Jamil: Sim, Shimshon.

Katz: Shimshon o que?

Abu Jamil: Não me lembro. Depois de capturar os homens, ele os matou com um tiro direto nos olhos. Depois ele pegou dois, ele tinha um chicote, bateu neles apenas por diversão...

[Perto do final da entrevista]

Abu Jamil: Mas acredite em mim, não se deve mencionar estas coisas. Não quero que eles venham se vingar, você vai nos causar problemas. Foi um erro lhe dar o nome da pessoa que entregou nossa família...

Mordechai Sokoler foi um guia de Zichron que acompanhou as unidades Alexandroni e testemunhou a morte de 230 aldeões em Tantura. Ao final da entrevista, Katz coloca suas últimas perguntas:

Katz: A única pergunta que ainda tenho é sobre onde exatamente você estava, para saber o que você viu com os próprios olhos.

Sokoler: As piores coisas, não presenciei. Não vi o final da batalha. Tinha saído do local. Ao todo, fiquei apenas um dia e meio, ocupado principalmente enterrando.

Katz: Você esteve pessoalmente envolvido nos enterros...

Sokoler: Eu e alguns árabes de Furaydis colocamos [na vala comum] um árabe após o outro, fechamos seus olhos com a *hatta*, camada sobre camada, e foi só isso. Katz: Quer dizer que apenas seus olhos e faces estavam cobertos [com a *kuffiyyeh*, ou *hatta*, típico lenço árabe, N.A.].

Sokoler: Apenas as cabeças, nós os enterramos com roupa e tudo...

Katz: E isso foi dois dias após as batalhas.

Sokoler: Após oito dias, voltei ao local onde os enterramos, perto da estrada de ferro. Havia um grande monte, os corpos tinham inflado. Após dois ou três dias, o monte tinha baixado.

Katz: Dois ou três dias depois?

Sokoler: Sim.

Katz: Soube que depois espalharam terra sobre a cova.

Segundo Ilan Pappé, documentos posteriormente extraídos dos arquivos do exército de Israel, a FDI, corroboram os depoimentos colhidos por Teddy Katz. Entre os documentos, há um relatório, elaborado uma semana após o massacre, contendo reclamações de que os corpos não enterrados poderiam levar à disseminação de epidemias, incluindo tifo. Outro documento, da Brigada Alexandroni, afirma: “Cuidamos da cova coletiva, está tudo em ordem”<sup>16</sup>.

## A Guerra de 1948

Seguindo a proclamação do Estado de Israel em 15 de maio de 1948, quando aproximadamente 400.000 palestinos já tinham sido expulsos de seus vilarejos e cidades, e centenas, já mortos, os Estados árabes vizinhos, Egito, Transjordânia, Síria, Líbano e Iraque, enviaram seus exércitos ao campo de batalha. No entanto, não passa de mito, “dos mais persistentes”, aquele segundo o qual “em 1948 o nascente Estado [de Israel] enfrentou uma coalizão árabe monolítica e implacavelmente hostil”. Como diz Avi Shlaim, acreditava-se que essa coalizão estivesse unida sob a bandeira da destruição do Estado de Israel, e que, ligado a este estivesse o segundo objetivo: “aquele do genocídio – ‘jogar os judeus ao mar’ como diz a frase popular”<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Pappé, 2001: 12.

<sup>17</sup> Shlaim, 2007: 80.

Na realidade, a coalizão de exércitos árabes que lutou contra o Estado de Israel em 1947-49 estava longe de constituir um grupo monolítico. Não havia unidade de objetivos e quase nenhuma coordenação na ação. Os Estados árabes enviaram apenas forças expedicionárias à Palestina, mantendo o grosso de seus exércitos em casa. Em meados de maio de 1948 o total de tropas árabes, entre regulares e irregulares, operando na Palestina, era inferior a 25.000, enquanto a composição do exército israelense (denominado Força de Defesa de Israel, FDI, formado pelas milícias sionistas, das quais a Haganá – “defesa” em hebraico – era a principal) ultrapassava 35.000 homens. Em meados de julho, a FDI tinha 65.000 homens em armas, e em dezembro, 96.441. Os exércitos árabes também incrementaram suas tropas, mas jamais chegaram a esse ritmo de crescimento<sup>18</sup>.

Além dos fracassos dos Estados árabes, Rashid Khalidi chama atenção para a falta de forças palestinas regulares e treinadas, a ausência de uma estrutura de comando centralizada e de uma fonte confiável de armas, para não mencionar a fraqueza estrutural do movimento nacional palestino sob a liderança de Hajj Amin al-Husayni, já fortemente abalado pela repressão britânica da revolta de 1936-39<sup>19</sup>.

O terceiro aspecto seria a falta de unidade da Liga Árabe. A coalizão árabe estava afetada por profundas divisões políticas internas. Desde sua fundação em 1945, a Liga Árabe era o fórum mais elevado para a política pan-árabe em relação à Palestina. Mas a Liga Árabe estava dividida entre o bloco hashemita formado pela Transjordânia o Iraque e o bloco anti-hashemita liderado pela Arábia Saudita e o Egito. “Curiosamente, a Liga permaneceu obstinadamente contrária a deixar que os palestinos assumissem o controle de seu próprio destino”<sup>20</sup>. A Liga, sob a liderança de ‘Abd al-Rahman ‘Azzam se opôs ao *mufti* e disponibilizou para a defesa da Palestina uma porção mínima da prometida ajuda financeira e de armas. Em última instância, comparando operações palestinas e sionistas, nota-se em que medida a luta foi local e segmentada para os palestinos, enquanto “centralizada e nacional para os sionistas”<sup>21</sup>.

Em 1949, quando terminaram os combates e traçou-se a linha de armistício, Israel havia expandido suas fronteiras passando a ocupar 78% da Palestina histórica. A Jordânia assumiu o controle da área a oeste do rio Jordão, enquanto o exército egípcio passou a administrar a faixa de terra ao redor de Gaza. Os palestinos passaram a viver “sob uma gama de regimes alheios”; foram privados de uma imensa parte de suas propriedades e perderam controle sobre a quase todos os aspectos de suas vidas, diria Khalidi. Aproximadamente 800.000 pessoas tinham sido expulsas, centenas massacradas, aproximadamente 400 de 500 vilarejos e 11 bairros urbanos foram destruídos, em cidades como Tel-Aviv, Haifa e Jerusalém.

<sup>18</sup> Shlaim, 2007: 81.

<sup>19</sup> Cf. Khalidi, 2007: 30-31. O autor também nota que “não obstante sua hegemonia na política palestina, durante quase duas décadas, Hajj Amin al-Husayni não chegava à estatura de um Sa’d Zaghlul ou mesmo Shukrial-Quwwatli, talvez porque nenhum partido nacionalista existente na Palestina fosse remotamente semelhante ao partido *Wafd* [‘Delegação’, Egito, 1919, N.A.] ou mesmo o Bloco Nacional Sírio (*Kutla Wataniyya*)”.

<sup>20</sup> Shlaim, 2007: 82.

<sup>21</sup> Khalidi (2007: 30). Outros líderes palestinos na Guerra de 1948 foram Hasan Salama e ‘Abd al-Qadir al-Husayni, que lideraram os combatentes palestinos no exército do *jihād*. O Exército de Libertação Árabe, por sua vez, era formado por aproximadamente 4.000 voluntários, financiado e precariamente armado pela Liga Árabe, e treinado em bases no sul da Síria (sob a liderança do sírio Fawzi al-Qawuqji)

## A continuidade do processo de desenraizamento e desapropriação dos palestinos desde a criação do Estado de Israel

Se é verdade que a expulsão de 1948, seguida da desapropriação (o confisco das propriedades dos palestinos expulsos), começou “antes” da primeira guerra árabe-israelense, também deve-se notar que ela não terminou com o fim da guerra em 1949. Sequer os palestinos que deixaram suas casas mas permaneceram dentro do território onde foi criado o Estado de Israel (aproximadamente 32.000 se encontraram nessa situação em 1949), jamais tiveram permissão para voltar a suas propriedades, não obstante o fato de terem se tornado cidadãos

israelenses. Suas casas, como as casas dos refugiados palestinos, foram ou demolidas ou entregues a imigrantes judeus. Este é o caso de Afif Ibrahim Abdallah, um palestino cristão do vilarejo destruído de Kafr Bir'im, estabelecido há mais de 400 anos. Os moradores, mais de 1000 pessoas, detêm

<sup>22</sup> Cf. Akram, 2008: Anexo I, para todas as citações do depoimento de Afif Ibrahim Abdallah.

os títulos de propriedade de suas fazendas e casas em Kafr Bir'im, documentos que remetem ao período da administração otomana da Palestina (1516-1917), sendo que a região de Kafr Bir'im deveria ter se tornado parte do Estado árabe palestino previsto na resolução da Organização das Nações Unidas, ONU/AG 181, de 29 de novembro, 1947. Os fragmentos abaixo do recente testemunho de Afif Ibrahim Abdallah foram todos extraídos de seu juramento, contido na petição 1503 à Suprema Corte de Israel:<sup>22</sup>

Em 29 de outubro de 1948, após o fim das hostilidades entre os árabes e as milícias sionistas, o sucessor das milícias, a Força de Defesa de Israel ('FDI'), entrou e ocupou o vilarejo de Kafr Bir'im. A FDI ordenou que todos os habitantes se reunissem na igreja da comunidade, onde foram ordenados a entregarem qualquer armamento em sua posse. Os aldeões acataram as ordens do DFI e não ofereceram qualquer resistência à ocupação do vilarejo. (...)

Em 13 de novembro de 1948, os militares israelenses ordenaram todos os moradores de Kafr Bir'im a evacuar o vilarejo e se mudar para além da fronteira, para o Líbano. Alguns moradores emigraram para o Líbano. Outros se recusaram, e ficaram nas plantações de olivas, esperando o momento em que pudessem voltar. Depois que sete crianças morreram devido ao frio de inverno, alguns moradores tentaram voltar a suas casas. Os militares israelenses permitiram que alguns voltassem por curtos períodos. No entanto, em 20 de novembro de 1948, aqueles moradores de Kafr Bir'im que não tinham evacuado para o Líbano foram ordenados a passar para o vilarejo próximo de Al Jish, localizado apenas quatro quilômetros a sudeste de Kafr Bir'im. Alguns dos moradores de Al Jish já tinham partido. Os que fugiram de Al Jish são hoje refugiados fora das fronteiras de Israel. Os moradores de Kafr Bir'im se mudaram para as casas dos refugiados de Al Jish.

Entre 1949 e 1950, representantes de Kafr Bir'im frequentemente pediram permissão ao Ministério Israelense de Assuntos Religiosos para utilizar a própria terra para plantio e pas-

toreio, para sua subsistência e aquela de suas famílias. Em outubro de 1949, Padre Yousef Estafan, o padre do vilarejo de Kafr Bir'im solicitou uma permissão das autoridades israelenses para usar as terras da Igreja. As autoridades israelenses negaram seu pedido, mas permitiram que os padres rendassem a terra da igreja a judeus. Em Abril de 1951, o governo israelense permitiu que a companhia judaica que utilizava as terras de Kafr Bir'im empregasse mão-de-obra árabe palestina, contradizendo as declarações de oficiais do governo israelense de que a evacuação da área de Kafr Bir'im devia-se a questões de segurança e ao risco representado pela permanência de árabes palestinos vivendo e trabalhando tão perto da fronteira Israel-Líbano (!). Entre outubro e novembro 1951, a FDI anunciou que a região de Kafr Bir'im era "zona militar fechada" e que todos teriam que evacuar. Não havia mais moradores no momento em que foi emitida a ordem; já tinham sido evacuados três anos antes pelos militares israelenses. Aparentemente o motivo da ordem era legalizar a evacuação inicial. O passo seguinte, em 1953, foi destruir todo vestígio das casas do vilarejo:

Em 16 e 17 de setembro, 1953, a FDI dinamitou e bombardeou as casas de Kafr Bir'im, destruindo-as bem diante dos olhos dos antigos moradores, que assistiam do topo do morro de Al-Jish, local hoje conhecido como Al-Mabka ou "A lamentação". Apenas a Igreja foi poupada...

Segundo Afif Ibrahim, aproximadamente 500 habitantes de Kafr Bir'im hoje vivem como refugiados no sul do Líbano. A maioria dos antigos moradores do vilarejo, e suas crianças, ainda vivem em Al Jish, enquanto outros residem em Acre, Haifa, e Ijdeidi Al Makar. Esses, que vivem dentro de Israel, são mais de 2000 pessoas. As terras em nome do *mukhtar* (o equivalente a um prefeito), que detinha o registro de propriedade para muitas pessoas no vilarejo, um total de 5.988 dunams (o equivalente a 5,988 km<sup>2</sup>), foram apropriadas pelo Estado de Israel e transformadas em terra do Estado. São usadas ou como terra para plantio, ou para a construção de residências para os assentamentos de Moshav Dovev, estabelecido em 1963, e Kibbutz Bar'am, estabelecido em 1949. A Administração Israelense de Terras afirmou que quase 7.000 dunams (7 km<sup>2</sup>) da terra de Kafr Bir'im estava sendo usada como terra para pastoreio pelas mesmas colônias e o Kibbutz Sasa, mas na realidade não mais de 50 cabeças de gado dos assentamentos foram encontrados nas terras de Kafr Bir'im em 28 de março de 1993. A intenção do Estado israelense é erradicar todo traço da existência prévia do vilarejo palestino. De acordo com Afif Ibrahim:

"Existe uma placa bem na entrada do antigo vilarejo que descreve a área como local de um antigo vilarejo judeu de milhares de anos atrás. Não obstante as ruínas bem visíveis das casas bombardeadas dos antigos moradores de Kafr Bir'im, nenhuma menção é feita na sinalização pública para indicar que apenas algumas décadas atrás havia ali um vilarejo palestino cristão de centenas de anos."

Mas, como demonstra Afif Ibrahim, a memória de Kafr Bir'im é mantida viva pelos antigos moradores e seus descendentes:

Em 1967, o governo israelense começou a permitir que os antigos moradores de Kafr Bir'im enterrassem seus mortos no cemitério da cidade. Mais tarde, em 1972, os antigos moradores de Kafr Bir'im receberam permissão para realizar missas na Igreja, nos feriados cristãos e uma vez ao mês. Todo ano, mais de 1500 pessoas, antigos moradores de Kafr Bir'im, seus filhos e netos, atendem a missa na Igreja. Nos meses de verão, as crianças de Kafr Bir'im participam do acampamento de verão na Igreja. As famílias de Kafr Bir'im continuam a ensinar seus filhos tudo a respeito do vilarejo e suas esperanças de um dia retornar à antiga comunidade.

Os moradores e seus descendentes continuam lutando no quadro do sistema legal israelense. Em 1993, foi formado, no Knesset, o parlamento de Israel, o Comitê de Constituição, Lei e Justiça, para discutir a possibilidade de retorno dos moradores a suas propriedades. Uma lei que permitiria o retorno dos antigos moradores foi proposta pelo Comitê, mas recebeu oposição do governo. Após o fracasso do Comitê do Knesset, em 1993, o governo Rabin formou um comitê ministerial chamado Comitê Libai, encarregado de encontrar uma solução. O Comitê Libai chegou à conclusão que não havia motivo de segurança de Estado para continuar impedindo os aldeões de retornar a suas casas e propriedades, e disse que seria possível retornar a uma área limitada sem prejudicar os direitos daqueles que receberam depois permissão para se assentar naquelas terras. Mas o Comitê Libai decidiu que apenas os aldeões que possuíam uma residência em Kafr Bir'im em novembro de 1948 e dois descendentes do proprietário, teriam permissão para retornar às terras do vilarejo. O direito à propriedade permaneceria com o Estado de Israel. O Comitê Libai também decidiu que aqueles que escolhessem retornar poderiam arrendar apenas meio *dunam* (500m<sup>2</sup>) para construir uma casa, e que a terra deveria ser usada apenas para fins de residência. Os antigos moradores de Kafr Bir'im rejeitaram a decisão do Comitê Libai porque (1) não permitia que todos os antigos moradores de Kafr Bir'im e seus descendentes retornassem a suas casas e propriedades; (2) exigia que aqueles que tivessem permissão de retornar alugassem e não tivessem a posse de suas propriedades; (3) requeria que os moradores renunciassem a suas terras originais; e (4) não permitia que a comunidade se expandisse e desenvolvessem no futuro para além de uma comunidade puramente residencial.

De acordo com Afif Ibrahim, em 10 de outubro 2001, após revisar as recomendações do Comitê Libai, o Gabinete Israelense emitiu uma decisão dizendo que os aldeões não teriam permissão de retornar a seu antigo vilarejo e propriedades porque isso criaria um precedente indesejado. Em dezembro de 2001, a Corte Suprema de Israel ordenou que uma compensação fosse paga aos moradores de Kafr Bir'im e Iqrit. O que foi rejeitado pelos antigos moradores de ambos os vilarejos. Relata Afif Ibrahim:

A Suprema Corte reiterou o argumento de outros oficiais do governo israelense, de que permitir aos antigos moradores (...) o retorno ao vilarejo criaria um mal precedente em relação à constante exigência pela implementação do direito de retorno de refugiados, e palestinos internamente deslocados, a suas casas e propriedades dentro de Israel. Até hoje, o governo israelense jamais fez uma tentativa séria de resolver o problema do confisco das terras dos antigos moradores de Kafr Bir'im. Está claro para o Comitê dos Moradores Desenraizados de Kafr Bir'im que o governo israelense não tem intenção de devolver as terras aos seus proprietários. Portanto, o Comitê busca agora a intervenção do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

A história da vida de Afif Ibrahim também ilustra um aspecto importante da limpeza étnica da Palestina, qual seja, desde 1949 ela se verifica, em primeiro lugar, em um esforço constante para legitimar, no sistema jurídico israelense, a apropriação dos bens dos palestinos, ao mesmo tempo em que se apaga todo traço da presença dos antigos moradores e proprietários, incluindo qualquer sinal de seus cultivos e rebanhos. A população expulsa da Palestina tomou rumos diferentes, não saiu de uma só vez. Alguns conseguiram se esconder nas colinas até encontrar um local alternativo de residência dentro de Israel e próximo de suas antigas propriedades, e jamais desistiram de tentar reaver suas propriedades confiscadas.

<sup>23</sup> Lembrando que esse número corresponde à metade da população árabe do país e cerca de 80% dos árabes residentes nos territórios onde se criou o Estado de Israel.

<sup>24</sup> Badil, 2007: 15.

## Os refugiados palestinos

Enquanto em 1948 aproximadamente 800.000 árabes palestinos foram expulsos para além das fronteiras e linhas de cessar-fogo,<sup>23</sup> em 1967 outros aproximadamente 240.000 palestinos se viram forçados a deixar suas terras na Margem Ocidental e Faixa de Gaza, ocupadas durante a ofensiva lançada por Israel contra Jordânia e Egito. Nesse momento, alguns se tornaram refugiados pela segunda vez, e passaram a ser denominados, junto com seus descendentes, de “deslocados de 1967”. Nem os refugiados de 1948 nem os deslocados de 1967 (ou mais recentemente) jamais tiveram permissão do Estado de Israel a voltar a suas casas em Israel ou nos territórios palestinos ocupados (TPO)<sup>24</sup>.

Desde 1967, outros 400.000 palestinos foram desenraizados dos TPO devido a políticas israelenses. Essas políticas incluem a demolição de casas, construção de assentamentos, do Muro, bem como a revogação do direito de moradia e a deportação de palestinos. O número exato das denominadas “Pessoas Internamente Deslocadas” (PID, ou IDP segundo a sigla em inglês), como são chamados os desenraizados de dentro das fronteiras dos territórios ocupados, é desconhecido devido à ausência de um sistema centralizado de registros, mas acredita-se que sejam em torno de 450.000.

Hoje, os refugiados Palestinos de 1948 e seus descendentes são estimados em mais de 7 milhões de pessoas, constituindo a maior e mais antiga população de refugiados do planeta. Dentre eles incluem-se:

- a) 4.5 milhões de refugiados de 1948 registrados na UNRWA (2007)<sup>25</sup>;
- b) 1.5 milhão de refugiados de 1948 que não estão registrados na UNRWA, seja porque não se registraram ou porque não precisaram de assistência quando se tornaram refugiados;
- c) 950.000 pessoas deslocadas de 1967;
- d) 350.000 internamente deslocados em Israel;

Os refugiados palestinos estão dispersos pelo mundo, apesar de a maioria viver a menos de 150 quilômetros da fronteira de Israel. As maiores comunidades de refugiados vivem na Jordânia (2.359.000), Síria (465.000) e Líbano (438.000). Cerca de 1.825.000 refugiados vivem dentro dos TPO, enquanto cerca de mais 335.000 internamente deslocados vivem dentro de Israel. O restante vive espalhado ao redor do mundo, no mundo árabe principalmente, mas também na Europa, EUA, Canadá e América Latina. Mais de 1.3 milhão de refugiados palestinos vivem em 59 campos de refugiados administrados pela ONU nos TPO, Jordânia, Síria, Líbano e em 12 campos não reconhecidos: 5 na Margem Ocidental ocupada, 3 na Jordânia e 4 na Síria<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> UNRWA, sigla para United Nations Relief and Works Agency for the Palestinian Refugees (Agência da ONU em prol dos Refugiados Palestinos), fundada em dezembro de 1949, é a maior e mais antiga agência da ONU.

<sup>26</sup> OLP, 2008.

## A questão da propriedade confiscada: restituição ou compensação?

Os refugiados deixaram para trás casas, fazendas, negócios vários, contas em bancos, igrejas e mesquitas, cemitérios, para não mencionar as fazendas e equipamento agrícola. Vastas quantidades de propriedade pessoal e terras foram confiscadas pelo governo israelense. A sociedade árabe palestina girava em torno da atividade agrícola e a maior parte dos refugiados tinha os bens de família e economias de vida nesse setor: casas, campos, lavouros, rebanhos, ferramentas e capital em geral, ao qual hoje não têm nenhum acesso. Portanto, tornaram-se não apenas refugiados, mas refugiados destituídos de seus bens, incapacitados de restabelecer a vida inclusive no exílio. A amplitude e a dimensão dessas perdas foram economicamente catastróficas.

Assim que as forças sionistas começaram a ocupar os vilarejos palestinos, no início de 1948, antes da declaração de independência de Israel e o ingresso das forças armadas regu-

lares dos países árabes circundantes, foram estabelecidos comitês sionistas civis e militares para assegurar os espólios da guerra. Em julho de 1948, esses comitês se fundiram no Comitê Ministerial para a Propriedade Abandonada (*Ministerial Committee for Abandoned Property*). No mesmo mês, foi criado o Gabinete da Propriedade Abandonada (*Custodian of Abandoned Property*), para assumir o controle da propriedade. O Estado de Israel rapidamente começou a utilizar a “terra abandonada” e arrendá-la às comunidades agrárias judaicas. Em 20 de agosto de 1948 esse Comitê tomou a decisão de adotar um plano que promovia a confiscação direta, não apenas arrendamento, da propriedade “abandonada”. Apenas um mês antes, o gabinete havia votado pela proibição do retorno dos refugiados. Como diz Michael Fischbach, a decisão de expropriar as terras dos refugiados sem dúvida derivou do desejo de impedir seu retorno. Decisões estas que juntas “colocaram em ação todo o dilema da questão dos refugiados”<sup>27</sup>.

Após a guerra de 1948, Israel usou as terras e casas palestinas confiscadas, de mais de 400 vilarejos e cidades palestinas destruídas, para assentar novos imigrantes judeus. Alguns vilarejos foram reconstruídos e receberam nomes hebraicos, em mais uma tentativa de apagar todo sinal da história e da realidade não-judaica da Palestina. Centenas de milhares de imigrantes judeus ingressaram em Israel a partir da proclamação do Estado em maio de 1948, incluindo judeus da Europa, sobreviventes do holocausto, e outros, vindos dos países árabes.

De 1948 a 1953, a Agência Judaica estabeleceu 345 novas cidades judaicas, a maioria das quais foi construída em propriedade confiscada. Até 1954, um terço da população judaica de Israel vivia em propriedade confiscada de refugiados. Quase toda a propriedade de refugiados palestinos permanece hoje em posse do Estado de Israel e do Fundo Nacional Judeu (FNJ-KKL). Em meados da década de 1950, as terras, mas principalmente as casas e outras construções, deixadas para trás pelos palestinos expulsos, praticamente não seriam mais reconhecíveis para os mesmos. Autoridades israelenses destruíram as casas em aproximadamente 400 vilarejos. Em alguns lugares, mesquitas foram transformadas em galerias de arte e restaurantes. Terras aráveis também foram transformadas, re-registradas e usadas para construir novos assentamentos e fazendas israelenses. Móveis e outros tipos de propriedade móvel também foram confiscados e vendidos, incluindo maquinário agrícola e industrial, animais, móveis domésticos e veículos. O Gabinete da Propriedade Abandonada vendeu a maior parte desses bens nos anos imediatamente após 1948.<sup>28</sup>

Enquanto as autoridades israelenses declaravam que estavam dispostas a pagar compensações por determinadas categorias de terras de refugiados, insistiam que a terra havia sido permanentemente absorvida pelo Estado e o FNJ-KKL, e não seria restituída. A partir de 1960, esses dois tipos de terras (do Estado e do FNJ-KKL) foram chamados de Terras de Israel, e administrados conjuntamente pela nova Administração de Terras de Israel. De fato, nenhuma restituição ou compensação em larga escala foi realizada no decorrer das seis décadas desde 1948.

<sup>27</sup> Fischbach, 2008: 8.

<sup>28</sup> Cf. Fischbach, 2008: 8.

Os refugiados recusaram-se a aceitar compensações porque significaria abrir mão do direito de restituição e, portanto, aceitar o exílio e a condição de refugiados permanentes inclusive para seus descendentes, por gerações a perder de vista. Exigem, pelo contrário, o direito de retorno e restituição de propriedade. Como bem lembra Fischbach, a grande maioria dos Palestinos acredita que a realização dos direitos dos refugiados é uma condição para chegar a uma paz justa e duradoura entre palestinos e israelenses.

## Conclusão

Certos mitos fundadores do Estado de Israel, como aquele dos “poucos contra muitos” e “egresso voluntário dos árabes”, já foram irremediável e definitivamente abalados. Mas alguns autores acreditam que a narrativa geral ainda sobrevive e que a única forma de confrontar essa realidade seria encorajar a criação de instituições independentes de pesquisa na Palestina e em Israel, incumbidas de expandir a pesquisa sobre a expulsão de 1948. Uma prioridade seria a criação de um banco de depoimentos gravados e história oral.

<sup>29</sup> Pappe, 2006: 12.

Abalados ou não, os diversos mitos que permeiam a história oficial do Estado de Israel, ajudaram a ocultar sua responsabilidade pelos crimes de 1948. Nas palavras de Ilan Pappé, não há dúvida de que “a limpeza étnica de 1948, que foi o principal acontecimento constitutivo da história moderna da terra da Palestina, foi quase que totalmente erradicada da memória coletiva global e apagada da consciência do mundo”<sup>29</sup>.

No entanto, nenhuma reconciliação entre israelenses e palestinos pode se concretizar sem o reconhecimento do que aconteceu em 1948, incluindo o alcance de suas conseqüências até os dias de hoje. O reconhecimento do direito de retorno da população expulsa –o que não significa que 7 milhões de palestinos queiram passar a viver no Estado de Israel– faz parte do reconhecimento da responsabilidade israelense pelos crimes de 1948. Trata-se de uma necessidade moral sem a qual não pode haver reconciliação, nem processo de paz.

## BIBLIOGRAFIA

- Akram, Susan M., 2008, 20 de junho. Ongoing Palestinian Dispossession: From the 1948 Nakba to Wall-Induced Displacement. *UN Special Meeting for the 60 Years of Dispossession of Palestinian Refugees*, Nova York: ONU. Anexo I. Zaha Hassan & Badil Resource Center. 2005. 1503 Petition: Israel. Large-Scale Expropriation of Palestinian Property in Israel. & Affidavit of Afif Ibrahim Abdallah.
- Badil, 2007. Badil Resource Center for Palestinian Residency & Refugee Rights. *Survey of Palestinian Refugees and Internally Displaced Persons*.  
www.Badil.org/refugees.htm
- Fepal - Federação de Entidades Árabe Palestino Brasileiras, s.d.p. *Deir Yassin*. O primeiro grande crime de Israel. São Paulo: Brochuras.
- Fischbach, Michael R., 2008, 20 de junho. Refugee properties and compensation. *United Nations Special Meeting to Mark Sixty Years of Dispossession of Palestine Refugees*. Nova York: ONU.
- Kanafani, Ghassan. 1972. *The 1936-39 Revolt in Palestine*. Nova Iorque: Committee for a Democratic Palestine. www.newjerseysolidarity.org/resources/kanafani
- Khalidi, Rashid. 2007. The Palestinians and 1948. In: ROGAN, Eugene e Shlaim, Avi, 2007. *The War for Palestine*. Rewriting the history of 1948. Nova York: Cambridge University Press.
- Laqueur, Walter; Rubin, Barry (eds.). 2001. *The Israel-Arab Reader* A documentary history of the Middle East conflict. New York: Penguin.
- Morris, Benny, 2007. Revisiting the Palestinian exodus of 1948. In: Rogan, Eugene; Shlaim, Avi, 2007. *The War for Palestine*. Rewriting the history of 1948. Nova York: Cambridge University Press.
- OLP, 2008, maio. PLO Negotiations Affairs Department. Palestinian Refugees. <http://www.nad-plo.org/images/maps/pdf/palreg.pdf>
- ONU/Organização das Nações Unidas, 1948. *Progress Report of the United Nations Mediator in Palestine*. Nova York: UN Doc. A/648.
- Pappe, Ilan, 2007. *The Ethnic Cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld.
- \_\_\_\_\_, 2006. *The 1948 Ethnic Cleansing of Palestine*. *Journal of Palestine Studies*, nº<sup>141</sup>. Beirute: Institute for Palestine Studies.
- \_\_\_\_\_, 2001. The Tantura Case in Israel: the Katz research and trial. *Journal of Palestine Studies*, nº 119, Beirute: Institute for Palestine Studies.
- Patai, Raphael (ed.), 1960. *The Complete Diaries of Theodor Herzl*. 5 vols. Nova York: Herzl Press, vol.I.
- Shlaim, Avi., 2007. Israel and the Arab coalition in 1948. In: ROGAN, Eugene e Shlaim, Avi, 2007. *The War for Palestine*. Rewriting the history of 1948. Nova York: Cambridge University Press.